

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 5.354, DE 2023

Dispõe sobre a afixação de cartazes, faixas ou qualquer outro meio de divulgação que informe sobre a possibilidade de cirurgia de estrabismo em estabelecimentos de saúde do SUS. Além de definir o prazo máximo de espera para realização da cirurgia nas Unidades da Rede Pública de Saúde.

Autor: Deputado ROBERTO DUARTE

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

A proposição que analisamos determina que estabelecimentos de saúde afixem em locais de maior visibilidade, cartazes, faixas ou outros meios de divulgação informando sobre a possibilidade de cirurgia de estrabismo na rede do Sistema Único de Saúde.

Em seguida, o art. 2º detalha os dizeres, como locais, naquela Unidade da Federação, que oferecem cirurgia, consulta oftalmológica; tempo máximo entre a consulta e a cirurgia. O prazo é estabelecido pelo art. 3º, sendo de quinze dias para consultas e sessenta dias para a intervenção cirúrgica.

A justificação salienta o dever do Estado de prover acesso universal e igualitário a ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme dita o texto constitucional. Traz, então, o exemplo do estrabismo, que afeta a visão com manifestação de desvio ocular, dor de cabeça, torcicolo e visão dupla, além do risco de cegueira no olho afetado e traumas pela aparência. Ela acomete de 5 a 8% das crianças. O tratamento tardio reduz a chance de correção.



Pondera que o SUS já oferece o tratamento cirúrgico, mas que é necessária a divulgação para possibilitar maior conscientização e acesso aos serviços.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisará a proposição em seguida.

II - VOTO DA RELATORA

A iniciativa do ilustre Autor demonstra sua preocupação com a concretização dos ditames constitucionais, que asseguram aos cidadãos acesso universal a todos os tipos de cuidados com a saúde, desde a prevenção de agravos até a reabilitação.

Acreditando ser a possibilidade de cirurgia de estrabismo desconhecida das pessoas, considera importante alertá-las tanto para a doença como para a possibilidade concreta de tratamento no Sistema Único de Saúde e o fluxo do atendimento na Rede de Atenção.

Diante das graves consequências, o estrabismo não detectado nem por leigos, pela família ou por profissionais de saúde e educação, pode, por falta de tratamento, levar até à cegueira. Assim, estamos diante de iniciativa bastante meritória. Mais ainda, se considerarmos que se preconiza que o tratamento seja iniciado antes de dois anos de idade para a cura total, quando se estabelecem conexões cerebrais que coordenarão o movimento ocular por toda a vida.

A questão de definir prazos para o SUS cumprir pode parecer difícil de implementar, ainda mais se considerarmos a escassez de especialistas disponíveis. No entanto, como ocorreu com a lei que estabeleceu prazos para tratamento do câncer, uma adaptação tende a ocorrer para seu cumprimento.



Ponderamos, no entanto, que o tratamento do estrabismo não é apenas cirúrgico. Ele pode ser tratado por meio de óculos ou lentes de contato, realização de exercícios oculares, oclusão de um dos olhos.

Além disso, o acesso à atenção oftalmológica se dá por referenciamento das unidades básicas de saúde para a Atenção Especializada. Assim, é importante que se informe o encadeamento correto da atenção prestada pelo sistema público de saúde.

Sendo assim, para aperfeiçoar esses pontos, cogitamos elaborar um substitutivo, que submetemos à apreciação de nossos Pares.

Em conclusão, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 5.354, de 2023, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.



Deputada FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
Relatora

2024-8621



COMISSÃO DE SAÚDE**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.354, DE 2023**

Dispõe sobre a divulgação do diagnóstico e tratamento do estrabismo na rede do Sistema Único de Saúde e define o prazo máximo para atendimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a divulgação do diagnóstico e tratamento do estrabismo na rede do Sistema Único de Saúde e define o prazo máximo para atendimento.

Art. 2º. Os estabelecimentos de saúde devem promover a divulgação do diagnóstico e tratamento do estrabismo na rede do Sistema Único de Saúde.

§ 1º. A divulgação pode se dar por meio da afixação de cartazes, faixas ou outros instrumentos.

§ 2º. A afixação a que se refere o § 1º ocorrerá em locais de maior visibilidade ao público.

Art. 3º Os instrumentos de divulgação a que se refere esta Lei deverão conter informações, tais como:

I – Unidades Básicas de Saúde a procurar para o encaminhamento às Unidades de Referência em Oftalmologia;

II – Unidades de Referência em Oftalmologia;

III – tempo máximo entre o encaminhamento e a primeira consulta especializada;

II – tempo máximo entre a consulta especializada e instituição de tratamento clínico;



IV – tempo máximo entre a indicação cirúrgica e a cirurgia.

Parágrafo único. O tempo máximo de espera será de:

I – 15 (quinze) dias entre o encaminhamento da rede básica até a consulta na Unidade de Referência em Oftalmologia;

II – 30 (trinta) dias entre a consulta especializada e a instituição do tratamento clínico;

III – 60 (sessenta) dias entre a indicação cirúrgica e a cirurgia.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor cento e oitenta dias após sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2024.



Deputada FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
Relatora

2024-8621

